

I O Zumbi dos colonos

Poucas décadas depois de desembarcarem, em 1549, na Baía de Todos os Santos, ao lado do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, os padres da Companhia de Jesus passaram a observar que, nos engenhos que visitavam, havia cada vez menos “negros da terra” (índios) e cada vez mais “negros de Guiné”. O renomado José de Anchieta, não por acaso, preocupado com a sorte dos tais negros da terra, alvos privilegiados do trabalho missionário da Companhia, comentava em carta de 1584 que os engenhos de açúcar e fazendas da Bahia estavam vazios dessa gente e “cheios de negros da Guiné”. Explica o jesuíta que isso se devia a um castigo impingido por Deus aos colonos, em razão dos “insultos como são feitos, e se fazem a estes Índios, porque os Portugueses vão ao sertão, e enganam esta gente, dizendo-lhe que se venham com eles para o mar, e que estarão em suas aldeias, como lá estão em sua terra, e que seriam seus vizinhos”.¹

Vinte anos mais tarde, um senhor de engenho endinheirado e letrado, que vivera na colônia entre 1583 e 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, escrevia no seu *Diálogos das grandezas do Brasil* que a escravidão e os escravos não constituíam matéria estranha a um livro sobre as riquezas da colônia, pois, no Brasil, havia-se “criado um novo Guiné com a grande multidão de escravos vindos dele que nele se acham”. Conta o colono

1 Anchieta (1988, p. 386).

que, em algumas capitanias, havia mais negros de Guiné do que naturais da terra e conclui: “todos os homens que nele vivem tem metida quase toda sua fazenda em semelhante mercadoria. Pelo que, havendo no Brasil tanta gente desta cor preta e cabelo retorcido, não nos desviamos de nossa prática em tratar dela”.²

Introduzidos na segunda metade do século XVI, os escravos africanos, pelo que relatam os contemporâneos, em pouco tempo tornaram-se a mão de obra predominante na colônia portuguesa da América. É certo que, quando os negros de Guiné, como eram então conhecidos, fizeram-se maioria nos engenhos e nos ainda incipientes núcleos urbanos da colônia, a base da lavoura açucareira, sustentáculo econômico do Brasil de então, já havia sido construída com o trabalho dos índios, dos negros da terra. Todavia, é inegável, também, que num curto espaço de tempo o africano e o cativo de africanos instalaram-se e naturalizaram-se na colônia, pois, como dizia o citado Brandão, já no início do século XVII, “todos os moradores do Brasil vivem, tratam e trabalham com esta gente vinda de Guiné”.³

Ainda que bastante imprecisos, os números do comércio negreiro são ilustrativos deste processo de naturalização do africano na América Portuguesa e, mais tarde, no Brasil independente. Estimava-se, no final do século XIX, que o Brasil teria comprado, entre 1550 e 1850, cerca de 50 milhões de africanos. Os números encontrados pelos historiadores no decorrer do século XX são bem mais modestos: Pandiá Calógeras falava em 15 milhões de almas; Pedro Calmon e Caio Prado Júnior reduziram este número a um universo que variava entre cinco e oito milhões de pessoas; nas três últimas décadas do século XX, pesquisadores como Kátia Mattoso e Manolo Florentino passaram a advogar números que vão de 3 a 4 milhões de negros; os dados mais recentes falam em cerca de 5 milhões. Independentemente, no entanto, das significativas variações, é certo que o Brasil foi, de longe, o maior importador de escravos do continente americano e que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, entraram pelos portos da colônia duas vezes mais escravos do

2 Brandão (1943, p. 99).

3 Id. *ibid.*, p. 99.

que em todas as colônias inglesas do Caribe, o segundo maior importador de negros do continente americano.⁴

As marcas dessa presença, que gradativamente se tornou maciça, estavam por todos os lados. Em 1610, inaugurando um lugar-comum que teria vida longa nas narrativas de viagem sobre o Brasil, François Pyrard de Laval, um comerciante e aventureiro francês em visita à cidade de Salvador, escreveu no seu diário de viagem:

O que os portugueses do Brasil mais apreciavam são os escravos da costa da África e das Índias Orientais, que nestas plagas não podem fugir, pois seriam capturados e comidos pelos naturais do país. Os escravos da terra não têm tal impedimento, além do que não são tão aptos e bem dispostos para o trabalho quanto os outros. É muito divertido ver, nos dias de festa e domingos, dias que não estão sujeitos a seus mestres, os escravos todos reunidos, homens e mulheres, dançando e jogando em público, nas praças e ruas.⁵

Cerca de meio século depois de Laval, em 1667, outro visitante estrangeiro, o capuchinho italiano Dionísio Carli, agora de passagem pelo Recife, constata a mesma abundância de africanos e a variedade das atividades que desempenhavam na região de Pernambuco. Relata o religioso que, a caminho do hospício dos capuchinhos, notou que a cidade era pequena, “mas muito povoada, sobretudo por escravos mouros, vindos de Angola, do Congo, do Dongo e de Mataba”. Carli conta, ainda, que todos os anos entravam no porto da cidade cerca de 10 mil escravos “para trabalhar na cultura da cana e do tabaco, para semear e colher o algodão (...) e, também, para cortar madeira,

4 Para mais informações sobre o número de escravos africanos importados pelo Brasil, veja Florentino (1997) e, também, a Trans-Atlantic slave trade database online (www.slavevoyages.org/tast/index.faces).

5 França (2012, p. 369).

tingir seda e outros tecidos de valor e para trabalhar o coco e o marfim”.⁶

Tornemos uma vez mais a Salvador, a Salvador do ocaso do século XVII. O célebre pirata William Dampier, cujo navio, a caminho do que viria a ser a Austrália, reabasteceu na cidade, espantado com a quantidade de “pretos”⁷ que perambulavam pelas ruas, escreveu em seu diário de navegação:

O número de escravos negros na cidade é tão elevado que já são maioria entre os habitantes. Todas as casas, como mencionei, têm escravos de ambos os sexos. Muitos portugueses solteiros tomam as mulheres negras como esposas, embora saibam que correm o risco de serem envenenados por elas, se lhes derem qualquer motivo de ciúmes. (...) Os escravos, de ambos os sexos, vivem metidos em crimes, sobretudo em assassinatos – quando são pagos para isso –, os quais executam preferencialmente à noite.⁸

Desloquemo-nos, agora, a outra importante cidade da costa brasileira dos tempos coloniais, o Rio de Janeiro. Quem nos conta sobre ela é um preocupado capitão de navio francês que, depois de se hospedar um mês na urbe e constatar a destacadada presença de escravos pretos nas suas ruas e residências, teceu o seguinte comentário acerca da peculiar política de segurança pública dos colonos – que ele supunha estarem rodeados por pretos extremamente hostis:

Mas, apesar de as novas minas ocuparem um número significativo de escravos, o Rio de Janeiro é um verdadeiro formigueiro de negros. Essa concentração funesta traz con-

6 Id. *ibid.*, p. 415.

7 Uma discussão sobre o uso dos vocábulos preto e negro ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII pode ser encontrada em Tinhorão (1988, p. 76-82).

8 França (2012, p. 465).

sigo o constante perigo de uma rebelião. Contra tal inconveniente, a solução encontrada pelos portugueses foi a de adquirir escravos de diferentes proveniências e utilizar a oposição entre seus caracteres para controlá-los. Em geral, os negros são capturados na costa vulgarmente chamada da Guiné e no Reino de Angola. Os escravos provenientes da Guiné são, segundo a opinião dos portugueses, perspicazes, velhacos e preguiçosos; os de Angola são taciturnos, trabalhadores e honestos. Os primeiros não gostam dos últimos e vice-versa. Quando essas duas espécies inconciliáveis se misturam, uma não consegue nada empreender sem que a outra rapidamente não delate. É nessa antipatia natural que se funda a segurança pública.⁹

Eis um panorama ligeiro das mais importantes cidades do Brasil colonial no que tange à presença negra. Um panorama desenhado em grande parte por estrangeiros, é verdade, mas bastante ilustrativo e instrutivo da percepção que tinham os coetâneos da sociedade em que viviam. Por meio dele, tomamos conhecimento de que os pretos estavam por todos os lados e eram muitos. Tomamos conhecimento, igualmente, de que estavam imiscuídos no cotidiano das casas, das roças e das cidades e que desempenhavam aí as mais variadas funções. Ficamos sabendo, ainda, de que eram motivo de inquietação, pois perpetravam crimes e alimentavam os temores de uma revolta. Uma revolta justificada, segundo as mesmas testemunhas, já que, como informa o cirurgião francês Gabriel Dellon, que visitou Salvador em 1676,

o grande número de escravos que há no país e a maneira cruel como são tratados

9 Id. (2000, p. 212).

– não lhes sendo dado o necessário para sobreviver e castigando-os excessivamente pelas menores faltas – são causa de constantes desordens, tanto nos campos quanto nas cidades do país. A maior parte desses cativos são negros trazidos da Angola e da Guiné para trabalhar nas lavouras de cana e de tabaco. Vendidos como animais, são comprados às centenas pelos donos de grandes propriedades, que os submetem ao controle de um capataz – na maioria das vezes, pior do que o próprio senhor. Os que não têm terras a cultivar deixam os seus cativos livres para trabalharem no que quizerem, cobrando-lhes uma determinada soma todo mês ou toda semana. Os maus-tratos impostos a uns e as altas somas que se exige dos outros – somas que frequentemente não conseguem pagar – obrigam-nos por vezes a fugir para o mato e a viver aí pilhando tudo o que encontram pela frente, vingando-se de certo modo dos tormentos que lhes foram impostos. As cidades, ao menos no período da noite, são tão inseguras quanto os campos, e, por mais severamente que se castiguem os que são apanhados, a roubalheira não tem fim.¹⁰

Os moradores da colônia, é certo, não passaram imunes a tão útil, mas preocupante presença. Os membros da Companhia de Jesus – Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, João de Azpilcueta Navarro, Fernão Cardim, Manuel de Araújo, Luiz Figueira e tantos outros – cedo observaram que os africanos, dia após dia, estavam substituindo a mão de obra indígena nos engenhos e fazendo-se cada vez mais presentes no cotidiano colonial. Pela mesma época, os senhores de engenho Ambrósio

¹⁰ Id. (2012, p. 428).

Brandão e Gabriel Soares e o religioso frei Vicente de Salvador – autor da primeira história do Brasil – também não deixaram de notar a importância crescente dos africanos na sociedade colonial. Frei Vicente, inclusive, a propósito dos temores que o largo contingente de escravos despertava na população livre, conta que o governador Diogo Botelho (1602-1607), com o auxílio de um índio chamado Zorobabé, armou uma expedição, em grande parte formada por “negros da terra”, contra um mocambo em vias de formação na Paraíba, segundo o frei: “não foi pequeno bem tirar dali aquela ladroeira e colheita que ia em grande crescimento. Mas poucos tornaram a seus donos, porque os gentios mataram muitos e o Zorobabé levou alguns que foi vendendo pelo caminho (...)”.¹¹

Depois dele, evidenciando a enorme representatividade do africano e de seus descendentes nas cidades litorâneas brasileiras, o poeta Gregório de Matos descreveu em seus versos uma ampla galeria de tipos pretos que circulavam pelas ruas soteropolitanas. É sabido que parte substantiva do que escreveu era pouco abonador da conduta do escravo na sociedade baiana. Os africanos e africanas que protagonizavam os seus poemas estão quase sempre envolvidos em brigas, roubos, bebedeiras, arruaças e, sobretudo, em práticas libidinosas. Um bom exemplo é o poema “Define a sua cidade”, no seu “Preceito 1”:

Que de quilombos que tenho
com mestres superlativos,
nos quais se ensinam de noite
os calundus, e feitiços.
Com devoção os frequentam
mil sujeitos femininos,
e também muitos barbados,
que se prezam de narcisos.
Ventura dizem, que buscam
Não se viu maior delírio!
eu, que os ouço, vejo, e calo
por não poder diverti-los.

11 Salvador (1982, p. 288).

O que sei, é, que em tais danças
Satanás anda metido,
e que só tal padre-mestre
pode ensinar tais delírios.
Não há mulher desprezada
galã desfavorecido,
que deixe de ir ao quilombo
dançar o seu bocadinho.¹²

Menos atento ao cotidiano dos pretos, mas igualmente preocupado com a sua situação na sociedade colonial, um contemporâneo de Gregório de Matos, o padre Antônio Vieira tratou de endossar a tese, defendida por outros membros da Companhia de Jesus que estiveram no Brasil, de que o cativo dos pretos, diferentemente da escravidão indígena, nada tinha de errado aos olhos do Deus cristão. Errado era, sim, o comportamento pouco cristão de muitos senhores, que impunham aos seus escravos uma vida de privações e padecimentos.

Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis e para os que se chamam senhores, o que se viu nos dois estados de Job, é o que aqui se representa a fortuna, pon-do juntas a felicidade e a miséria no mesmo teatro. Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banquetando, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados, com as mãos atadas

¹² Matos (1990, v. 1, p. 42).

atrás como imagens vilíssimas da servidão e espetáculos da extrema miséria.¹³

A propósito do espírito pouco cristão dos senhores, no quartel inicial do século XVIII, quando o tráfico negreiro era já um negócio lucrativo e consolidado, os pretos eram quase maioria na população colonial e o escravo um personagem mais do que familiar no cotidiano das fazendas e das cidades, a sociedade colonial parece ter sido levada – e os quilombos foram decisivos neste sentido – a discutir o tratamento que um cristão deveria dispensar aos seus escravos. Ao menos é o que se depreende de três obras publicadas durante o século XVIII: *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, do jesuíta Jorge Benci, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, assinado por um tal André João Antonil – anagrama utilizado para ocultar o nome do autor, o também jesuíta João Antônio Andreoni –, e *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido e libertado*, do padre Manoel Ribeiro Rocha.

Publicado em 1705, na cidade de Roma, o livro do jesuíta italiano Jorge Benci, que residira quase duas décadas no Brasil, é uma clara evidência da importância que a relação entre senhores e escravos alcançou no século XVIII, quando o preto já se tornara um componente indispensável da sociedade que os colonos estavam construindo nos trópicos.

Numa nota intitulada “Leitor”, o jesuíta explica ao seu eventual público quais objetivos pretendia alcançar com seu pequeno opúsculo. De saída, esclarece que sua obra deveria interessar tanto aos que possuíam quanto aos que não possuíam escravos: “Se és senhor, e tens escravos, lendo-o entenderás quais são as suas obrigações e aprenderás a guardá-las (...). Se os não tens, ainda com mais segurança o podes ler; e darás a Deus muitas graças por te livrar das pensões, que não são poucas nem pequenas (...), as que consigo traz o ser senhor”.¹⁴ Um pouco mais adiante, Benci, preocupado em advertir aos senhores de escravos acerca da necessidade de se conduzirem com seus servos dentro

¹³ Vieira (1921, v. 2, p. 318-319).

¹⁴ Benci (1977, p. 43).

dos princípios da religião cristã, colaborando, inclusive, para que os próprios pretos, “nascidos na barbárie da África”, encontrassem, eles também, o Deus cristão, o Deus único, assevera:

E para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e senhorio que têm sobre os escravos, com moderação que pede a razão e a piedade cristã: tomei por assunto, e por empresa dar à luz esta obra, a que chamo *economia cristã*: isto é, regra, norma e modelo, por onde se devem governar os senhores cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores.¹⁵

O também jesuíta e italiano Antonil não escreveu obra tão doutrinária. O seu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), fruto de mais de duas décadas de permanência na colônia, não era propriamente destinado a convencer os senhores a terem uma conduta mais cristã em relação aos seus escravos, ao menos não era este o objetivo maior do seu escrito. Revela Antonil que havia sido a estadia num importante engenho jesuíta do Nordeste, o de Sergipe do Conde, que despertara a sua curiosidade sobre a opulência do Brasil e o desejo de escrever a respeito de tais prodígios:

E valendo-me das informações que me deu quem o administrou mais de trinta anos com conhecida inteligência e com acrescentamento igual à indústria, e da experiência de um famoso mestre de açúcar que cinquenta anos ocupou-se neste ofício com venturoso sucesso, e dos mais oficiais de nome, aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia, me resolvi a deixar neste borrão tudo aquilo que na limitação do

15 Id. *ibid.*, p. 49.

tempo sobredito apressadamente, mas com atenção ajuntei, e estendi com o mesmo estilo e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos, para que os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conheçam, e sintam menos dar por ele o preço que vale, e quem de novo entrar na administração de algum engenho, tenha essas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda a ocupação se deve desejar e intentar.¹⁶

Antonil, porém, sabia que, ao tratar da opulência do Brasil, dos seus prósperos engenhos de açúcar, de suas vistosas plantações de tabaco, de sua rendosa criação de gado e das suas riquíssimas minas de ouro, seria indispensável tratar daqueles que, com seu labor, produziam essas e outras riquezas: os escravos africanos. O jesuíta dedica-lhes, na primeira e mais substantiva parte de seu “borrão”, um capítulo intitulado “Como se há-de haver o senhor do engenho com seus escravos”, ao longo do qual procura traduzir a tríade do P, que, para ele, sintetiza o modo cristão de tratar os escravos no Brasil. A fórmula, já abordada por Jorge Benci, extraída do Eclesiástico (“Panis et disciplina et opus servo”), nas páginas de Antonil ganha um tom mais inteligível para o mundo rural e rústico dos senhores de engenho da colônia: pau, pão e pano.

O pau é o castigo. Não qualquer punição que se estabelece contra o corpo, mas a correção necessária que o senhor deve dispensar aos seus cativos, a fim de trazê-los dentro dos princípios cristãos. O pão é o alimento do espírito que o senhor deve prover ao seu escravo, permitindo-lhe levar uma vida cristã (baptizar-se, casar-se, ir à missa, etc.). O pano, por fim, ia muito além das vestes e da decência dos escravos, englobando todas as condições materiais necessárias para que o cativo, uma vez instruído no plano de Deus e corrigido de suas fraquezas humanas, pudesse portar-se como um escravo verdadeiramente cristão.

¹⁶ Antonil (2001, p. 66-67).

No Brasil, costumam dizer que para os escravos são necessários três PPP, a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, com tudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos (...).¹⁷

O padre diocesano e bacharel lisboeta Manoel Ribeiro Rocha, no seu *Etíope resgatado...*, publicado na capital da metrópole em 1758, retorna, com mais veemência que Antonil e radicalidade que Benci, às diretrizes que deveriam guiar o relacionamento entre um senhor cristão e seu escravo. Em um prólogo, intitulado “Argumento e razão da obra, a quem ler”, Ribeiro resume o seu escrito nos seguintes termos:

E porque a todas as pessoas, que assim os possuem pelo direito de penhor, sempre lhe correm por servos e domésticos, as mesmas obrigações principais que, aliás, lhe correriam se os possuíssem pelo direito de propriedade; que são as do sustento, da correção e da instrução na Doutrina, e bons costumes; todas estas expendo na quarta, quinta e mais partes posteriores do mesmo Opúsculo, ao qual, por isso, apliquei o título de *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Isto é, *Resgatado* da escravidão injusta, a que barbaramente o reduziram os seus mesmos na-

¹⁷ Id. *ibid.*, p. 94-97.

cionais, como se diz na primeira parte. *Empenhado*, no poder de seu possuidor, para o respeitar como Senhor, e lhe obedecer e o servir como escravo, enquanto lhe não pagar ou compensar com serviços o seu valor, como se diz na segunda, e terceira parte.¹⁸

Até aqui, nada de novo em relação aos religiosos citados anteriormente. Ribeiro Rocha, porém, na oitava e última parte de sua obra, “Do que respeita aos últimos fins destes cativos”, vai mais longe do que seus antecessores e se ocupa das condições necessárias para que o cativo possa, lícitamente, alcançar a sua liberdade:

Por últimos fins destes cativos entendo, neste lugar, os últimos fins da sua sujeição servil; quando extinta já de todo a causa de penhor e retenção em que haviam ficado, pelo benefício da redenção, forem completamente restituídos à sua primitiva e natural liberdade com que nasceram. Estes fins podem ser de quatro modos: *primeiro*, quando o cativo pagar a seu possuidor a dinheiro o preço total ou parcial da sua redenção (...); *segundo*, quando o cativo houver servido os anos, que bastarem para compensar o mesmo preço (...); *terceiro*, quando falecendo o possuidor do cativo, lhe fizer quita do tempo que ainda lhe faltar e o deixar desobrigado; *quarto* e último, quando o cativo, antes de findar o tempo da sua servidão, falecer da vida presente.¹⁹

Benci, Antonil e Ribeiro, cada um ao seu modo, buscaram reger a instituição da escravidão, sobretudo naquilo que tange

¹⁸ Rocha (2017, p. 43-44).

¹⁹ Id. *ibid.*, p. 177.

às relações cotidianas entre os cativos e seus proprietários. Evidentemente, não foi por acaso que homens de igreja, uma igreja sempre lacônica em relação à escravidão do africano, resolveram, a partir da segunda metade do século XVII, abordar em detalhes, e à luz da doutrina cristã, as complexas relações entre senhores e escravos. A esta altura, a escravidão dos pretos, como então se dizia, estava completamente instalada na sociedade colonial, que não somente havia amparado a sua vida produtiva nos ombros desses indivíduos, como também havia desenvolvido mecanismos – eficientes, diga-se de passagem – para absorvê-los e naturalizá-los no seu cotidiano.

Tal processo de incorporação, todavia, nunca esteve isento de tensões e embates. Afinal, tratava-se de uma sociedade muito marcada pelas relações rígidas de mando e pela aplicação sistemática de castigos corporais. A propósito de tais castigos, convém lembrar que estes nem eram banais e nem excepcionais na sociedade colonial, eles constituíam um mecanismo de controle social legítimo, com acentuado caráter exemplar, ao qual se recorria com certa assiduidade, como sugere, em 1618, o holandês Dierick Ruiters, um dos muitos estrangeiros que, em visita à colônia, testemunhou o caráter violento que, não raro, assumia a relação entre senhores e escravos:

Quando os ditos brasileiros ou os negros cometem alguma falta, os portugueses ordenam que outros escravos os castiguem impiedosamente. Nenhum verdadeiro cristão assiste a esse espetáculo sem revoltar-se. Vi, certa feita, um negro faminto que, para encher a barriga, furtara dois pães de açúcar. Seu senhor, ao saber do ocorrido, mandou amarrá-lo de bruços a uma tábua e, em seguida, ordenou que um negro o surrasse com um chicote de couro. Seu corpo ficou, da cabeça aos pés, uma chaga aberta, e os lugares poupados pelo chicote foram lacerados à faca. Terminado o castigo, um outro negro derramou sobre suas feridas um

pote contendo vinagre e sal. O infeliz, sempre amarrado, contorcia-se de dor. Tive, por mais que me chocasse, de presenciar a transformação de um homem em carne de boi salgada e, como se isso não bastasse, de ver derramarem sobre suas feridas piche derretido. O negro gritava de tocar o coração. Deixaram-no toda uma noite, de joelhos, preso pelo pescoço a um bloco, como um mísero animal, sem ter suas feridas tratadas. Fui testemunha ainda de outras barbaridades praticadas por portugueses e espanhóis contra os seus escravos.²⁰

Essa “pedagogia do castigo”, que tanta indignação causava ao estrangeiro e tantas ponderações suscitavam dos religiosos, tinha, por vezes, um efeito colateral não desejado, mas esperado: a fuga do cativo. Mas para onde fugir num mundo tomado todo ele pela escravidão? Matar-se era uma solução extrema, perambular a esmo pelos caminhos e cidades era demasiado perigoso, embrenhar-se sozinho na mata era arriscar-se a ser comido pelos nativos ou a cair nas mãos de um qualquer “caçador de fujões”, o temido capitão-do-mato ou capitão-do-campo. Nem mesmo a solidariedade de outros escravos era certa. Nas ainda incipientes cidades, nos arraiais e nos caminhos do Brasil colonial, um preto desconhecido era logo denunciado às autoridades e aos proprietários locais, inclusive por outro preto. A única saída, por certo, ainda estava nas matas, no sertão, malgrado os perigos enormes que aí o aguardavam. A solução encontrada pelos cativos para o impasse cedo ganhou um nome: mocambo, um lugar embrenhado nas matas, longe do braço senhorial e do poder do capitão-do-mato, resguardado da violência do selvagem antropófago e habitado por outras dezenas, por vezes centenas e excepcionalmente por milhares de evadidos solidários.

20 França (2000, p. 41).

As notícias a respeito desses tais mocambos – mais tarde denominados quilombos – começam a chegar à capital da Bahia e à metrópole em meados do século XVI e rapidamente se multiplicam. Entre as últimas décadas do século XVI e o início do XVIII, o aumento exponencial de tais refúgios colocou em sobressalto quase todas as regiões da colônia: das divisas do atual Amapá com a Guiana Francesa até a capitania do Rio Grande. Tem-se notícia da existência, ao longo do período, de mais de duas dezenas deles na Bahia; no século XVII, observou-se que havia um grau significativo de comunicações entre escravos fugitivos dessa capitania, da capitania de Sergipe e da região limítrofe entre as capitanias de Pernambuco e Alagoas. Aí, inclusive, nomeadamente na serra da Barriga, surgiu, no fim do século XVI, uma série de comunidades interligadas que, com o passar do tempo, se tornaram, por seu tamanho, ousadia e sucesso militar, mais e mais conhecidas deste e do outro lado do Atlântico: os mocambos de Palmares. Desde muito cedo, Palmares instalou-se no senso comum das autoridades coloniais como uma espécie de referência e aviso dos perigos que os ajuntamentos de pretos fugidos traziam para a estabilidade de uma sociedade escravocrata.

Uma das primeiras notícias oficiais que se conhece deste preocupante “ajuntamento” de pretos fugidos encontra-se numa carta redigida em 1603 pelo capitão-mor e governador da capitania de Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, dando conta dos seus feitos àquele que o sucederia na governança da mesma capitania, Diogo Botelho. Nela, Mascarenhas Homem afirma que havia enviado uma “entrada pelo sertão dentro aos Palmares, onde estava cópia de pretos alevantados de que os moradores desta capitania recebiam dano e opressão pelos muitos roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam”. Informa, ainda, que a empresa havia sido custeada pela fazenda de Sua Majestade e dela resultara “serem os inimigos desbaratados com dano e perda de muita gente morta e cativa, com que esta capitania ficou livre por ora das insolências desses alevantados”.²¹

21 Carta... ([1603] 1910, p. 37).

Os problemas suscitados por Palmares, no entanto, vinham já, a esta altura, de alguns anos. Reza a tradição que o núcleo inicial do quilombo, com pouco mais de quarenta pretos fugidos de um engenho de açúcar da capitania de Pernambuco, teria se formado por volta de 1597 na serra da Barriga, situada no atual estado de Alagoas. O mocambo não parou mais de crescer e de trazer inquietação à vida dos colonos da região, como atesta a carta citada de Mascarenhas Homem.

A partir de 1630, porém, com a invasão holandesa, o ajuntamento ganha dimensões realmente notáveis, pois as lides da guerra e as desordens dela decorrentes não permitiam que os senhores se ocupassem dos seus escravos fugidos. Foi, inclusive, da pena dos holandeses que saíram os primeiros escritos da época a se ocuparem mais detidamente do já preocupante quilombo. Em 1643, num relatório “sobre o estado das Alagoas”, apresentado por Jones van Walbeeck e Henrique de Moucheron, os funcionários da administração colonial batava, ao descreverem a região que denominam Lagoa do Sul, tecem um comentário que evidencia o sobressalto causado por Palmares aos moradores daquele lugar. Relatam os exploradores que a parte norte da lagoa estava inteiramente despovoada, inculta e deserta, já que os poucos moradores que tinham permanecido na região após a guerra “se transportaram para a parte do sul, onde fizeram assento, e se acham mais seguros contra os negros de Palmares, porque aí permanece a nossa guarnição”.²²

Dois anos mais tarde, em 26 de fevereiro de 1645, Jan Blaer, um holandês, natural da aldeia de Vreeswijk, na província de Utrecht, que desembarcara no Brasil em 1629 como capelão de tropa, também tomou parte de uma expedição enviada a Palmares, acerca da qual redigiu um pequeno relato. Vale a pena seguir com mais vagar a curiosa narrativa do capelão. Narra Blaer que no dia 18 de março alcançou o Velho Palmares, que os pretos haviam abandonado há cerca de três anos por ser um lugar muito insalubre e em razão de ali terem morrido muitos dos seus. Blaer comenta ainda que este Palmares abandonado tinha meia milha de comprido e

22 Relatório sobre... ([1643] 2010, p. 162).

duas portas, “a rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas (...)”.²³

Três dias mais tarde, depois de atravessar outros aglomerados de mocambos abandonados pelos pretos, Blaer relata:

Ao amanhecer do dia 21, chegamos à porta ocidental de Palmares, que era dupla e cercada de duas ordens de paliçadas, com grossas travessas entre ambas; arrombamo-la e encontramos do lado interior um fosso cheio de estrepes em que caíram ambos os nossos cornetas; não ouvimos ruído algum senão o produzido por dois negros, um dos quais prendemos, junto com a mulher e filho, os quais disseram que desde cinco ou seis dias ali havia apenas pouca gente, por quanto a maioria estava nas suas plantações e armando mundéus no mato; ainda mataram os nossos brasilienses dois ou três negros no pântano vizinho (...); um dos nossos cornetas, enraivecido por ter caído nos estrepes, cortou a cabeça a uma negra (...). Este Palmares tinha igualmente meia milha de comprido (...); as casas eram em número de 220 e no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho; havia entre os habitantes toda a sorte de artífices e o seu rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiros entre a sua gente (...); o rei também tem uma casa distante dali duas milhas, com uma roça muito abundante, casa que fez construir ao saber da nossa vinda, pelo que mandamos um dos nossos sargen-

23 Relatório da... ([1645] 1988, p. 255).

tos, com 20 homens, a fim de prendê-lo; mas todos tinham fugido (...).²⁴

Por fim, no dia 23 de março de 1645, o capelão da tropa, convencido de que os soldados holandeses haviam dado cabo daquele centro irradiador de problemas, anotou em seu breve diário de expedição que os holandeses tinham queimado todas as casas existentes em Palmares – as quais estavam dispostas em círculo –, bem como os objetos nelas contidos (cabaças, balaios e potes fabricados ali mesmo). Em seguida, Blaer, ciente de que nada mais havia ali a fazer, retirou-se com seus homens e, após uma milha de marcha, alcançou “um rio, todo cheio de penhascos, denominado Bonguá; ali deixamos de emboscadas, junto aos Palmares, um dos nossos sargentos com 25 homens, mas não sabemos o que conseguiram”.²⁵

Blaer, como se vê, apressadamente concluiu que os batavos tinham debelado o quilombo de Palmares. Mal podia ele supor que aquela comunidade duraria ainda meio século e que a sua existência nos escritos, e consequentemente no vocabulário dos brasileiros, seria ainda mais longa e impactante.

É esta vida, digamos, “literária” de Palmares que iremos acompanhar a partir daqui. Antes, porém, não é de todo inútil recordar ao leitor que as muitas descrições do quilombo e de seus habitantes que veremos adiante, descrições legadas pela cultura colonial e, posteriormente, depois de 1822, pela cultura que se queria nacional, são muito mais do que meras maneiras que homens de letras (viajantes estrangeiros, religiosos, cronistas, poetas, jornalistas, romancistas, políticos, historiadores, etc.), mais ou menos talentosos, honestos e documentados, encontraram para representar um acontecimento do passado local. Tais imagens de Palmares e de seu líder Zumbi, são, sim, ilustrativas dos modos como a sociedade brasileira – ao menos uma parte significativa dela –, em diferentes momentos de sua história, lidou com o expressivo contingente de negros

²⁴ Id., p. 256-257.

²⁵ Id., p. 258.

e mulatos que a compõe. Feita a ressalva, é hora de passar à história dessas descrições.

Pouco antes de Blaer, em janeiro de 1644, Roloux Baro, um “intérprete” de origem judaica, embaixador da Companhia das Índias Ocidentais, em carta de Porto Calvo à administração holandesa, nomeadamente ao Conselho dos XIX,²⁶ teceu um sintético comentário acerca de Palmares, muito menos conhecido e detalhado do que o de Blaer, mas igualmente ilustrativo das preocupações suscitadas pelo quilombo entre os invasores holandeses. Baro conta que alcançou a região com o intuito de dar combate ao “pequeno Palmares”, quando se surpreendeu diante do “grande Palmares”. Depois de renhida batalha, restaram mortos uma centena de quilombolas e somente um soldado de sua tropa. Dentre os pouco mais de trinta rebeldes capturados vivos, o holandês destaca a presença de “sete tupis” e uns tantos mulatos. Destaca, também, que os mocambos contavam com criações e plantações capazes de sustentar as cerca de mil famílias que habitavam no lugar. O embaixador Baro, homem experimentado nos domínios holandeses no Atlântico, salienta por fim que “os negros viviam ali do mesmo modo que viviam em Angola”.²⁷

Cerca de meia década mais tarde, em 1648, vem a público o penúltimo escrito holandês seiscentista sobre Palmares – o grande e o pequeno, como então se dizia. Trata-se da renomada *Historia naturalis Brasiliae*, de autoria de Willem Piso e George Marcgrave. O trecho que descreve o quilombo, atribuído principalmente a Marcgrave, havia sido transcrito, um ano antes, pelo cronista Gaspar Barléus na sua *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647). Barléus era um homem bem relacionado e estava a serviço do conde Maurício de Nassau, o que lhe garantiu um acesso privilegiado à documentação produzida pela administração holandesa no Brasil. A mesma passagem também seria, um pouco mais tarde, em 1682, reproduzida literalmente pelo último cronista holandês a publicar uma obra com menções ao tema, Joan Nieuhof,

²⁶ Conselho encarregado da administração da Companhia das Índias Ocidentais.

²⁷ Mello (2007, p. 194).

autor do *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Eis a descrição que, de tão copiada que será pelos sucessores de Marcgrave, merece ser citada na íntegra:

E há aqui dois distritos (...) que os lusitanos chamam *Palmares* por causa da abundância daquelas árvores que aí nascem, nos quais os negros fugitivos se refugiaram; destes um é chamado menor e o outro maior. No menor cerca de 6.000 negros dizem habitar e que está situado a vinte milhas acima de *Alagoas* (...). A aldeia daqueles consta de três largas ruas, das quais cada uma mede de comprimento meia hora de percurso. As casas todas contíguas e atrás delas as plantações deles. Imitam de alguma maneira a religião dos lusitanos e têm seus sacerdotes e juizes. Enviaem dos seus em número frequente às cidades vizinhas, a fim de que arrebatem os escravos dos lusitanos; aqueles, porém, eles utilizam por tanto tempo até que raptem outros. Os escravos, porém, que espontaneamente se agregam a eles, logo eles próprios gozam daquela mesma liberdade. Alimentam-se dos frutos das palmeiras, de batatas, de feijão, de farinha, de mandioca, de milho e cana-de-açúcar, também de galinhas (das quais havia em abundância para eles) e de peixes que o rio vizinho fornece; não possuem outras carnes senão as das feras. Colhem seu milho duas vezes por ano, e, tendo sido terminada a colheita, durante uma semana inteira passeavam, dançavam, comiam e bebiam festivamente (...). A maior Palmaria fica vinte ou trinta milhas atrás da aldeia de S. Amaro (...). Acredita-se ser cerca de cinco milhares de negros que vivem nos vales junto a este

monte, além de muitos outros, que moram aqui e ali, de um lado cinquenta, de outro cem. Porém, as casas são reunidas, de sorte que duzentos ocupam quase a quarta parte do milhar de hora; e constroem debaixo dos bosques nos quais têm um caminho aberto e preparado para fugir; pois sempre colocam sentinelas, que os avisam da chegada dos peregrinos. Da mesma maneira nos meses da seca mandam os seus para furtarem dos moradores as etíopes.²⁸

Depois dos registros holandeses, há uma longa, ininterrupta e variada série de documentos administrativos, documentos em língua portuguesa e escritos por autoridades metropolitanas e coloniais, que dão conta das relações que a sociedade escravocrata de então, aquela que os lusitanos estavam construindo nos trópicos, mantinha com os quilombolas de Palmares: são bandos, notícias de expedições militares, cartas de governadores e outras autoridades, consultas, pareceres e resoluções do Conselho Ultramarino, requerimentos e relações. É útil passar os olhos por um desses documentos, talvez o mais detalhado deles, a “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida (1675-1678)”.²⁹

O propósito inicial dessa curiosa narrativa anônima é, segundo enuncia o seu narrador, dar a conhecer as notícias que ao longo do tempo haviam se acumulado a respeito do já então renomado quilombo de Palmares. A rememoração, que o anônimo denomina “recopilação”, principia por enfatizar a versatilidade das árvores que nomeiam o local, as palmeiras. Relata o documento que, da alimentação à cobertura das residências dos palmarinos, passando pela fabricação de ferramentas, cordas e roupas, tudo se podia obter dessas árvores nativas da região.

²⁸ Marcgrave (1942, p. 261).

²⁹ Relação... (2010, p. 220-233).

Em seguida, o narrador explica existirem não um, mas “distintos Palmares”. Dentre uma dezena de aglomerações mais volumosas de casas e umas tantas outras de menor monta, o cronista destaca “o mocambo do Zambi”, rei guerreiro que, a partir das décadas iniciais do século XVIII, se tornaria personagem central nas narrativas das guerras que marcaram a história de Palmares. A respeito da origem do quilombo e de seus moradores, o cronista acredita que, desde “o tempo [em] que houve negros cativos nestas capitanias, começaram a ter habitantes em Palmares”, habitantes cujo número disparou durante a ocupação holandesa.

Havia ali, desde então, duas povoações de grande destaque, tendo a maior quase o dobro de casas que a menor. A mais importante delas, com aproximadamente 1.500 casas, é nomeada no documento como “cidade real”. Ali habitava “Ganga Zumba, que quer dizer Senhor Grande”, rei a quem todos os moradores obedeciam. Entre os palmarinos esta cidade principal era conhecida como Macaco, uma cidade “fortificada toda em uma cerca de pau-a-pique com trincheiras abertas para ofenderem a seu salvo os combatentes; e pela parte de fora toda se semeia de estrepes (...)”.³⁰ Relata ainda o anônimo haver no lugar juízes e encarregados de todas aquelas funções indispensáveis a “qualquer república”. A rememoração inicial termina com uma longa e severa consideração sobre os pretos ali amotinados, inimigos “de décadas”, que muitos danos causavam tanto à Coroa quanto aos moradores:

Periga a Coroa, porque a seus insultos despovoaram os lugares circunvizinhos e se despejavam as capitanias adjacentes. E deste dano infalivelmente se seguiram outros inevitáveis, como era impossibilitar-se a conservação de todo Pernambuco (...). Destroem-se os vassallos porque a vida, a honra, a fazenda, porque lha destroçam e lhes roubam os escravos, as honras porque

30 Id., p. 222.

as mulheres, filhas, irreverentemente se tratam; as vidas porque estão expostas sempre a repentinos assaltos; de mais que os caminhos não são livres, as jornadas pouco seguras e só se marcha com tropas que possam rebater os seus encontros.³¹

O anônimo prossegue dando conta dos esforços da administração colonial para por fim àquele foco de instabilidade. Antes de entrar no tema, porém, reclama que o erário real e os cabedais dos moradores da região haviam sido vultuosamente despendidos em 25 entradas que não lograram êxito em debelar os mocambos de Palmares e nem mesmo em enfraquecer as forças dos súditos de Ganga Zumba.

André Rocha, à testa de 600 homens, foi, após a expulsão dos holandeses, o primeiro enviado português a enfrentar o quilombo. Resultou deste empreendimento pioneiro a prisão de duas centenas de palmarinos, muito poucos, se levarmos em conta as quase “20.000 mil almas” que ali viviam, mas, segundo o autor do relatório, o suficiente para sabotar o ânimo dos sobreviventes. O que se viu daí em diante, no entanto, foi um sistemático rechaçar de tropas e soldados portugueses, de modo a ficarem destruídas as povoações dos invasores e “os Palmares conservados”.

A situação só mudaria, enfatiza o narrador, com o governo de dom Pedro de Almeida. Debaixo de suas ordens, a 21 de novembro de 1675, partiu rumo a Palmares o sargento-mor Manuel Lopes com um contingente um pouco menor que o anterior. Mereceu relevo, dentre os feitos desta segunda expedição, a notícia de um revoltoso atingido: “aqui se feriu com uma bala o general das armas, que se chamava Zumbi,³² que

31 Id., p. 222.

32 Desde o século XVII, o nome do líder guerreiro de Palmares apresentou variações. Em 1675, como se vê, era Zumbi; entre o início do Setecentos e as primeiras décadas do Oitocentos é mencionado como Zombi; Ferdinand Denis, em 1816, grafa Zombi e Zombé, e Ayres do Casal, em 1817, Zumbé. A grafia Zumbi, tal como conhecemos hoje, parece ter ganhado terreno a partir da década de 1850 – Joaquim Manoel de Macedo a utiliza em 1861 – e se consolidou ao longo do século XX. Ao que tudo indica, Zumbi ou Zumbi são termos sinônimos na língua banto, e as corruptelas Zombi, Zumbé e Zombé, erros de grafia. Entretanto, de acordo com Nina Rodrigues

quer dizer Deus das guerras, negro de singular valor, grande ânimo e constância rara. (...) Ficou vivo, porém aleijado de uma perna”.³³

A disposição, contudo, dos que combatiam Palmares só começaria a mudar após a campanha levada a cabo pelo capitão-mor da Bahia Fernão Carrilho. A fama de que gozava em Pernambuco era de grande destruidor de mocambos e aldeias tapuias nos sertões baianos. O início de sua primeira investida contra o quilombo data de 21 de setembro de 1677. Após inúmeros combates, em 29 de janeiro de 1678, Fernão Carrilho deu Palmares por destruído. O documento registra, ainda, como evento final, coroador dos sucessos das autoridades portuguesas – particularmente do governador dom Pedro de Almeida – contra Palmares, a celebração de um acordo formal de paz com Ganga-Zumba.

Outras histórias, contudo, muitas outras na verdade, ainda seriam contadas sobre o quilombo e, principalmente, sobre aquele que seria celebrado crescentemente como seu grande líder, o então denominado Zumbi. Já em 1675, três anos antes do acordo com Ganga Zumba, o militar português Francisco de Brito Freire, no livro sétimo do seu *Nova Lusitânia, história da guerra brasílica*, no qual narra as inúmeras batalhas então disputadas pelos pernambucanos, dedica umas poucas páginas ao quilombo. O militar repete aí notícias já conhecidas a respeito da disposição das moradias e da organização administrativa do lugar. A novidade do seu relato são os conselhos que dá às autoridades portuguesas no sentido de debelar, de uma vez por todas, aquela comunidade de pretos insurgentes e mesmo de dissuadi-los da rebeldia. Argumenta Brito Freire que todos os esforços bélicos para destruir o quilombo tinham naufragado e mesmo produzido um efeito contrário, pois este não parava de crescer. Diante de tal quadro, Brito

em *Os africanos no Brasil* Zumbi é também um erro ortográfico. O antropólogo, contudo, pondera: “Mais prosódico do que ortográfico devemos considerar, aliás, o erro denunciado, pois é de Zumbi e não Zambi a forma por que ele se conserva na tradição popular brasileira. Ainda hoje, principalmente nos estados do norte do Brasil, conserva a significação de divindade ou santo dos negros da Costa” (RODRIGUES, 1982, p. 92).

33 Id. *ibid.*, p. 224-225.

Freire sugere umas tantas medidas alternativas. Poder-se-ia, por exemplo, ao invés de atacar os pretos, “impossibilitar-lhes o descanso e o mantimento”, e, uma vez debelado o quilombo, construir lá duas povoações para que os pretos não voltassem a se amotinar no local. Poder-se-ia, igualmente, e esta parece ser a solução preferida do autor, “reduzi-los com indústria, dando favor e liberdade a alguns dos que trazemos para persuadirem os mais que venham lograr seguramente, para as almas e para as vidas, na escola da nossa doutrina e no amparo da nossa assistência, o fruto da sua quietação”. Aos pretos lá encontrados, arremata Freire, dever-se-ia dar o mesmo destino daqueles alistados no Terço de Henrique Dias,³⁴ “que El-Rei mandou livrar: e assim lhes constaria, aos olhos dos mesmos senhores, andarem livres”.³⁵

Padre Antônio Vieira, ao contrário, não via com bons olhos qualquer medida que, como a proposta por Brito Freire – que certamente não foi o único –, visasse reintegrar os pretos amotinados de Palmares. Numa carta escrita em 1691 ao desembargador do Paço, Roque Monteiro Paim, o jesuíta explica que os habitantes do quilombo, além de não confiarem nos padres, eram rebelados e cativos, perseverando “em pecado contínuo e atual”, o que os impossibilitava de “ser absoltos, de receber a graça de Deus e de se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores”.³⁶ A única maneira de trazê-los de volta à sociedade, prossegue Vieira, seria restaurar-lhes a liberdade, medida inteiramente inviável, já que traria “a total destruição do Brasil”, pois, quando os demais pretos soubessem que os palmariños tinham, por meios não legais, se livrado do cativeiro, “cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos palmares”.³⁷

34 Henrique Dias, preto forro, destacou-se durante o século XVII na guerra que se estabeleceu entre portugueses e holandeses pelo domínio da porção nordeste do Brasil. À testa de um exército de libertos, teve participação decisiva na vitória lusitana ocorrida na capitania de Pernambuco. Acabou confirmado por Carta Patente como “governador dos Crioulos, Negros e Mulatos”. Seu exército passou a ser mencionado nos textos dos contemporâneos como “Terço dos Crioulos e Mulatos” ou “Terço de Henrique Dias”.

35 Freire (2002, p. 177-178).

36 Vieira (1926, t. III, p. 621).

37 Id., p. 621.

Malgrado, no entanto, estas e outras tantas menções de holandeses e portugueses ao quilombo e aos problemas por ele suscitados, não há registros escritos descrevendo sua suposta destruição definitiva, no início do século XVIII, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Todavia, cedo, muito cedo, após a sua derrocada final, o quilombo voltou a figurar nos escritos da época, evidenciando que a insubordinação, evasão e reunião de escravos eram preocupações permanentes da sociedade colonial brasileira – como haviam sido para os invasores holandeses de outrora –, sobretudo de seus poucos homens de letras, homens em geral livres, culturalmente brancos, ricos e preocupados com a insubordinação da escravaria.

Em 1730 vem à luz a mais portuguesa das histórias do Brasil, *A história da América Portuguesa*, escrita por um desses homens preocupados com a escravaria, Sebastião da Rocha Pita. Formado por dez “livros”, o trabalho desse senhor de engenho e literato baiano, mestre em artes pelo Colégio dos Jesuítas da Bahia e supostamente formado pela Universidade de Coimbra, abre com uma apreciação da terra descoberta por Cabral em 1500 e fecha com uma elogiosa descrição das ações do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, seu contemporâneo. No livro oitavo, Pita dedica umas poucas páginas à história do quilombo de Palmares, dos primeiros pretos amotinados à destruição final pelas tropas governamentais.

O historiador setecentista começa por descrever como, de um pequeno grupo de quarenta pretos fugidos de vários engenhos de Porto Calvo nos tempos da invasão holandesa – “brutos” que estimavam “mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens” –, formou-se, nas imediações dessa vila, ao longo de 60 anos, uma verdadeira “república: sem a especulação de Aristóteles e de Platão nas suas repúblicas escritas, nem as leis promulgadas na de Atenas por Sólon, (...), formaram... [os pretos]... nos Palmares uma república rústica e a seu modo bem ordenada”.³⁸

Essa singular sociedade contava com um conjunto de leis próprias e era governada por um “Zombi”, espécie de príncipe:

38 Pita (1976, p. 215).

Elegiam por seu príncipe, com o nome de Zombi (que no seu idioma vale o mesmo que diabo) um dos seus varões mais justos e alentados; e posto que esta superioridade era eletiva, lhe durava por toda a vida, e tinham acesso a ela os negros, mulatos e mestiços (isto é, filhos de mulato e negra) de mais reto procedimento, de maior valor e experiência, e não se conta e nem se sabe que entre eles houvesse parcialidades por competências de merecimento ou ambição de domínio, nem que matassem um para entronizar outro, concorrendo todos ao eleito com obediência e união, polos em que se sustentam os impérios.³⁹

Assevera o historiador que o vultuoso aglomerado de pretos evadidos semeou por mais de meio século o terror e a aflição entre os fazendeiros da região, causando-lhes enormes prejuízos financeiros. Foi somente sob o governo de Caetano de Melo e Castro que, após sangrentas batalhas, Palmares sucumbiu. Privados dos campos, de onde tiravam seu sustento, e das armas, indispensáveis ao combate, os cativos, segundo Pita, “iam afrouxando”, mas mantinham a esperança de que os homens da coroa também não pudessem manter o cerco por muito mais tempo. O contingente de que dispunham era mínimo e, depois de terminada a guerra com os holandeses, desacostumado ao combate. Para mais, a fome grassava entre os soldados e as constantes tempestades que caíam na região os castigavam impiedosamente. Todavia, como pondera o baiano, “logo o sucesso, que não premeditaram, lhes mostrou o contrário do que presumiram”.⁴⁰

A derrota, segundo Pita, levou ao suicídio do Zombi e dos seus guerreiros mais valorosos:

39 Id. *ibid.*, p. 215.

40 Id. *ibid.*, p. 218.

Entraram (...) encontrando alguma resistência nos negros, inferior à que presumiram; porque o seu príncipe Zombi com os mais esforçados guerreiros e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nosso ferro, subiram à sua grande eminência e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes.⁴¹

Por fim, informa o historiador baiano que a vitória das tropas governamentais foi motivo de grande júbilo para Melo de Castro, que, avisado do ocorrido, “recebeu a nova com públicas demonstrações, lançando do palácio dinheiro ao povo, e fazendo depois procissão solene de ação de graças”.⁴²

A *História da América Portuguesa* de Pita é, sem sombra de dúvidas, o mais impactante escrito sobre Palmares e Zumbi publicado ao longo do período colonial. A bem da verdade, não seria equivocados dizer que inaugura uma linha de tradição no que diz respeito à descrição do quilombo e de seu líder. É compreensível, pois, que, em um tempo em que a originalidade não era um valor reputado importante pelos leitores, o beneditino e homem de letras recifense Domingos Loreto do Couto, em 1757, no seu *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco* – obra publicada tardiamente, no início do século XX –, tenha dedicado um capítulo às “guerras cerviz do Palmar”, todo ele parafraseado do escrito de Pita.

Exceção à regra foi Frei Antônio de Santa Maria Jaboa-tão, que, em 1761, no seu *Novo orbe seráfico brasílico*, em meio a notas acerca do árduo trabalho dos religiosos no Brasil, tece sobre o quilombo um rápido comentário que, embora desprovido de notícias novas ou detalhadas sobre o tema, se distancia do que narrara o tão reproduzido Rocha Pita. O religioso

41 Id. *ibid.*, p. 219.

42 Id. *ibid.*, p. 219.

começa por informar que, em 1695, o governador Caetano de Mello e Castro enviou do Recife um exército para destruir definitivamente Palmares, que há mais de 60 anos, desde os tempos dos holandeses, levavam o desassossego à região entre a “Villa da Alagoa e a Povoação de Porto Calvo”. Conta, ainda, o franciscano que, para o bem dos povos daqueles lugares, os revoltosos “foram vencidos com grande resistência, mortos, e presos, e arrasada aquela tão forte, como abominável colônia, assistindo a toda esta arriscada empresa Religiosos Menores”.⁴³

Em 1805, contudo, o inglês Thomas Lindley, no seu *Narrativa de uma viagem ao Brasil*, retorna à *História da América Portuguesa*. Lindley foi pego contrabandeando pau-brasil na costa de Porto Seguro e amargou 12 meses de prisão em Salvador, uma detenção pouco rigorosa que lhe permitiu circular com relativa liberdade pela cidade e travar relações com seus habitantes. O seu diário dedica algumas páginas a Palmares, na verdade, um resumo do texto de Pita, exceto pela introdução que faz ao tema, na qual, já bem ao gosto do século XIX, explica ao seu leitor:

Ruas e praças da cidade estão atravancadas de grupos de seres humanos expostos à venda em frente às portas dos diversos negociantes a que pertencem. Cinco navios negreiros chegaram nos últimos três dias. Dado o número excepcional de negros importados desta vez, e dos muitos escravos já existentes na colônia, poder-se-ia imaginar que a tranquilidade pública estivesse correndo certo perigo, se se recordarem os últimos acontecimentos de São Domingos [atual Haiti]. Mas acontece exatamente o contrário: entregues à licenciosidade, não tendo de trabalhar demasiado e apreciando seus alimentos vegetais nativos, os negros mostram-se alegres e contentes. Uma política acertada é a mola

43 Jaboatão (1858, v. II, p. 114-115).

da aparente humanidade dos colonos portugueses, que receberam terrível lição antes de adotar essa linha de conduta.⁴⁴

Lindley e suas cogitações acerca do aprendizado que Palmares impusera aos colonos no que tange à manutenção da ordem numa sociedade escravocrata encerram a longa série de escritos sobre o quilombo e seu Zambi ou Zombi produzida no decorrer do denominado período colonial. O tema parece ter despertado relativo interesse dos contemporâneos do quilombo – lusitanos e holandeses – e também de um minguado número de homens de letras da colônia no século XVIII. Ora, se levarmos em conta que pouco se escreveu e publicou – em língua portuguesa ou em qualquer outra língua – sobre o Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII, a recorrência com que o quilombo aparece nos escritos é um indicativo bastante seguro de que tanto a sociedade que os colonos portugueses estavam construindo no Brasil quanto a que os holandeses implantaram temporariamente no litoral nordestino se preocuparam com aquele núcleo de rebeldia que teimava em perturbar a ordem de uma sociedade erguida sobre os alicerces da escravidão. Mas o que diziam estes escritos? De que modo os homens culturalmente brancos que tinham acesso à escrita construíram para seus coetâneos e também para a futura história do Brasil o quilombo de Palmares e seu líder, o tal Zambi?

Os textos, o leitor pôde acompanhar, são bastante repetitivos. Lembremos, mais uma vez, que estamos tratando de um tempo em que a originalidade não constitui um valor e a repetição é tomada como uma espécie de prova da verdade daquilo que é dito. Fala-se, a princípio, da formação da comunidade insurgente; em seguida, descreve-se a situação geográfica do quilombo, a disposição espacial dos mocambos, o número estimado de seus moradores, seus meios de subsistência, suas estratégias e aparatos defensivos e, por vezes, a sua organização administrativa. Poucos são aqueles que atentam para a sua composição étnica – somente Baro menciona a existência de “tupis” entre os

44 Lindley (1969, p. 128).

palmarinos, por exemplo. Poucos também se aventuraram a tecer considerações acerca daquilo que somente poderiam supor, pois jamais tinham visto com os olhos da cara: o modo de vida dos habitantes do quilombo, aquilo que denominamos o seu cotidiano. Baro diz que viviam “como em Angola”, Marcgrave adianta umas poucas notícias sobre suas práticas agrícolas e sobre suas festividades, somente Rocha Pita aventurou-se a tecer considerações mais detidas acerca do tema, descrevendo aspectos da religião praticada pelos negros amotinados, generalidades sobre a estrutura jurídico-administrativa do quilombo e outras curiosidades, como o hábito dos quilombolas de sequestrar negras e mulatas escravas, de roubar e saquear as fazendas e casas das redondezas ou, ainda, de “acoitar” criminosos e fugitivos de toda espécie, “pondo-os no seu domínio”.

E sobre Zumbi, o que dizem os homens dos séculos XVII e XVIII? De saída, é preciso ter em conta que a aparição de Zumbi – então denominado Zambí ou Zombi – nos escritos da época é tardia, data do último quartel do século XVII, quando um anônimo menciona o “mocambo de Zambí”, um suposto deus guerreiro. É novamente Rocha Pita quem mais notícias deu da personagem, que, segundo o historiador baiano, não era um indivíduo, mas um título, que significava diabo, conferido a um príncipe eleito entre os “varões mais justos e alentados” do quilombo. Pita conta, ainda – notícia que, como se viu, é repetida pelos seus sucessores –, que, quando da queda de Palmares, o então Zambí, recusando o retorno ao cativeiro, matou-se, no que foi seguido pelos seus guerreiros principais.

Mais do que isso não iremos encontrar nos escritos coloniais, os quais, redigidos pela parcela culturalmente branca e livre da sociedade que se formava nos trópicos, estavam antes interessados em relatar os sucessos alcançados pelos colonos e seus “capitães” no combate ao quilombo do que em glosar sobre o dia a dia dos rebelados ou sobre as virtudes e defeitos de seus líderes. O que interessava, em suma, era louvar os méritos de uma sociedade que, não obstante as dificuldades, soubera enfrentar e debelar uma de suas maiores ameaças.